

Reflexões no trigésimo aniversário da Conferência Internacional sobre População e
Desenvolvimento (1994 - 2024)

*Reflections on the thirtieth anniversary of the International Conference on
Population and Development (1994 - 2024)*

*Maria Teresa Rossetti Massari
Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes*

Resumo: O Fundo de Populações das Nações Unidas (*UNFPA - United Nations Population Fund*) publicou um conjunto de cinco artigos de reflexão para marcar o trigésimo aniversário da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (*ICPD - International Conference on Population and Development*), realizada em 1994, abarcando os seguintes temas: Mudança Demográfica e Sustentabilidade; O futuro da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos; O futuro dos dados populacionais; *ICPD* e Ação Climática; e Um futuro digital seguro. São feitas discussões e recomendações aos governos e formuladores de políticas, para que seja possível alcançar, a nível global, o desenvolvimento sustentável para a saúde da população mundial. Neste trabalho apresentamos um resumo dos cinco artigos, abordando os principais pontos de cada um e suas recomendações e destacamos que os sistemas de saúde deverão se ajustar às tendências demográficas e seus impactos, através de novos investimentos e de iniciativas baseadas nos direitos humanos e políticas inclusivas.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Saúde da População; Desenvolvimento Humano; Saúde Global.

Abstract: *The United Nations Population Fund (UNFPA) published a set of five reflection papers to mark the thirtieth anniversary of the International Conference on Population and Development (ICPD), held in 1994, covering the following themes: Demographic Change and Sustainability; The future of sexual and reproductive health and rights; The future of population data; ICPD and Climate Action; and A secure digital future. Discussions and recommendations are made to governments and policy makers, so that it is possible to achieve, at a global level, sustainable development for the health of the world's population. In this work we present a summary of the five articles, addressing the main points of each one and their recommendations and highlighting that health systems must adjust to demographic trends and their impacts, through new investments and initiatives based on human rights and inclusive policies.*

Key words: *Sustainable Development; Population Health; Human Development; Global Health.*

O *UNFPA (United Nations Population Fund - Fundo de Populações das Nações Unidas)* publicou cinco artigos de reflexão para marcar o trigésimo aniversário da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento ([*ICPD - International Conference on Population and Development*](#)), realizada em setembro de 1994, no Cairo, Egito. Naquela ocasião, cerca de 20.000 delegados de vários governos, agências da ONU, ONGs e a mídia se reuniram para discutir uma variedade de questões populacionais, incluindo migração, educação universal, redução da mortalidade materna e infantil e acesso a serviços relativos à sexualidade, reprodução e planejamento familiar. Até 1994, a *ICPD* havia ocorrido outras quatro vezes: em 1954 (Roma), em 1965 (Belgrado), em 1974 (Bucareste) e em 1984 (Cidade do México).

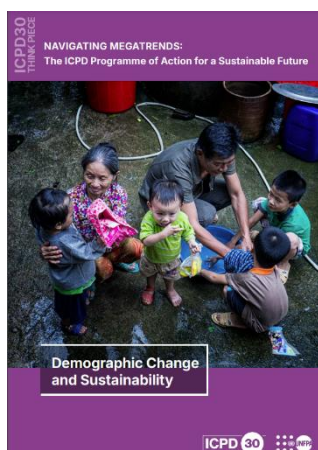
O conjunto dos cinco artigos publicados nesses 30 anos de *ICDP* abarcam os seguintes temas:

- ▶ Mudança Demográfica e Sustentabilidade
- ▶ O futuro da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos
- ▶ O futuro dos dados populacionais
- ▶ *ICPD* e Ação Climática
- ▶ Um futuro digital seguro

Os documentos exploram maneiras de sustentar, atualizar e acelerar os compromissos da *ICPD* num mundo em transformação. Os artigos são destinados para formuladores de políticas e refletem sobre o progresso, destacando prováveis cenários futuros, além de oferecer discussões sobre o futuro da população, seu desenvolvimento e saúde e direitos sexuais e reprodutivos.

Na sequência, apresentamos os principais pontos abordados em cada um dos artigos. Observa-se que, embora possam parecer temas relativamente desarticulados entre si, possuem importantes pontos transversais, principalmente os de caráter demográfico, que acabam sendo pedra angular para as discussões.

1. [Mudança Demográfica e Sustentabilidade](#)¹



Este primeiro artigo explora como as mudanças demográficas influenciam o desenvolvimento sustentável, destacando a diversidade das tendências globais, como envelhecimento populacional, migração e crise climática. Embora seja uma tendência mundial, as situações demográficas e diagnósticos situacionais variam muito entre e dentro dos países e regiões. Também discute as ansiedades e políticas resultantes dessas mudanças, enfatizando a importância de políticas inclusivas que invistam em saúde, educação, igualdade de gênero e trabalho digno.

O documento propõe caminhos para um futuro sustentável, abordando a economia do cuidado, migração segura e adaptação à urbanização, e conclui reafirmando a abordagem centrada no indivíduo do Programa de Ação da *ICPD* para criar sociedades resilientes às mudanças demográficas.

Este artigo possui 32 páginas e está dividido em seis seções principais. Ele examina as mudanças demográficas no mundo e sua relação com o desenvolvimento sustentável, oferecendo recomendações para políticas que possam aproveitar as tendências das dinâmicas populacionais para promover o desenvolvimento sustentável.

Inicialmente destaca a importância das mudanças demográficas como uma das principais tendências que definem o progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e salienta as diversidades e desigualdades das situações demográficas entre países e regiões, especialmente no que tange o envelhecimento populacional, à migração e à crise climática, e como essas situações podem gerar ansiedades, semelhantes às que existiam antes da *ICPD* de 1994. Ao mesmo tempo, ressalta que preocupações como a alta taxa de fertilidade e de “superpopulação” global, o que levou a um intenso debate sobre os direitos e escolhas

reprodutivas naquela agenda, sofreram alterações e acabam tendo, nos dias atuais, outros atravessamentos, incluindo alterações climáticas, pandemias, conflitos, deslocamento e vulnerabilidades econômicas.

Enquanto alguns países estão preocupados com o rápido crescimento populacional; outros preocupam-se com sua rápida diminuição. Enquanto alguns países estão em alerta por conta da alta população de imigrantes, outros temem as consequências de uma rápida emigração. A percepção de população “mais jovem” ou “mais velha” também é variável. O processo de “inversão da pirâmide etária” ainda não é uma realidade em todos os lugares do mundo, mas o número de países com fecundidade abaixo da reposição deverá aumentar, tornando a baixa fertilidade uma questão política mais relevante do que nunca para os governos. Ainda assim, o crescimento da população global continuará. A proporção da população urbana também crescerá e os fluxos migratórios continuarão e poderão aumentar, tanto dos ambientes rurais para os urbanos como dos países mais pobres para os mais ricos.

Aponta-se que essas mudanças demográficas necessitam de abordagens políticas estratégicas e intersetoriais, adaptadas a cada contexto, tanto para enfrentar os desafios e permitir identificar o potencial de uma população em envelhecimento, como para lidar com o aumento do deslocamento e da migração forçada, principalmente em países e regiões que sofrem de forma mais intensa impactos de crises climáticas e desastres “naturais”, conflitos políticos, violência ou crises econômicas.

As intervenções isoladas/setoriais muitas vezes não conseguem satisfazer as necessidades multifacetadas dos idosos e da sociedade como um todo. Além disso, os custos serão elevados à medida que aumenta o número de pessoas idosas, criando riscos de sistemas de pensões, serviços de saúde sobrecarregados, escassez de cuidadores e tensões intergeracionais. Enfatiza-se que defender e buscar vontade política requer uma compreensão desses determinantes e amplas alianças. Também examina como as políticas populacionais e o Programa de Ação da *ICPD* podem fortalecer a resiliência e preparar para possíveis futuros demográficos, incluindo cenários melhores ou piores relacionados ao envelhecimento, migração e mudanças climáticas.

Recomenda-se que os países proponham políticas inclusivas que maximizem o bem-estar populacional e permitam que as pessoas contribuam plenamente para o desenvolvimento, investindo em saúde, educação, igualdade de gênero e trabalho decente. Destaca a importância de não impor metas demográficas numéricas, mas sim abordar os fatores que limitam as chances de as pessoas terem o número de filhos que desejam.

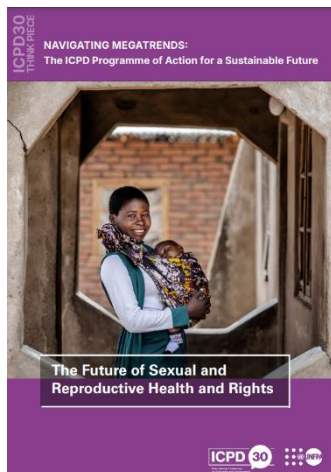
Reafirma a importância da abordagem centrada no indivíduo do Programa de Ação da *ICPD*, destacando como essa abordagem pode ser reimaginada para garantir um mundo onde, independentemente das tendências demográficas, as pessoas possuam o direito de decidir sobre a quantidade e o momento de ter filhos, e sociedades resilientes às mudanças demográficas.

Recomendações gerais:

- Investimento em Jovens: Priorizar o desenvolvimento do capital humano dos jovens para enfrentar a crise climática e aproveitar a revolução tecnológica;
- Economia do Cuidado: Fortalecer a economia do cuidado com investimentos universais no cuidado de crianças e idosos;
- Migração Segura e Ordenada: Promover políticas migratórias que garantam benefícios sociais e econômicos mútuos para migrantes e sociedades anfitriãs;

- Planejamento para o Envelhecimento Populacional: Implementar políticas holísticas e de longo prazo que promovam o envelhecimento ativo e saudável;
- Adaptação à Urbanização: Adotar *designs* urbanos que melhorem os resultados de saúde, promovam a vida comunitária e reduzam as pegadas de carbono.

2. [O futuro da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos](#)²



Este segundo artigo examina os avanços e desafios na implementação dos compromissos do Programa de Ação da *ICPD* ao longo dos últimos 30 anos, destacando melhorias no planejamento familiar, mortalidade materna e cobertura de saúde reprodutiva, enquanto aponta para desafios persistentes como políticas restritivas e financiamento insuficiente.

Ele explora como megatendências como mudanças demográficas, urbanização, migração, crise climática e avanços tecnológicos afetarão a demanda e oferta de serviços de saúde sexual e reprodutiva nas próximas décadas, e recomenda ações para um futuro inclusivo, como fortalecer sistemas de saúde, garantir educação sexual abrangente e melhorar o financiamento.

O documento enfatiza a importância de um compromisso contínuo para assegurar os direitos sexuais e reprodutivos de todos em um mundo em rápida transformação.

Este artigo possui 36 páginas e está dividido em seis seções principais. Ele aborda as tendências e desafios futuros para a garantia dos direitos da saúde sexual e reprodutiva (SSR) no contexto dos 30 anos do Programa de Ação da *ICPD*. O documento começa discutindo a importância do Programa de Ação da *ICPD* que, desde 1994, tem oferecido um roteiro globalmente aplicável para SSR e direitos reprodutivos, aspectos fundamentais para a saúde e o bem-estar humano, além de ser um componente essencial para o desenvolvimento sustentável.

A implementação dos compromissos da *ICPD* teve impactos e avanços notáveis em várias áreas, como *Planejamento Familiar* (ampliou o uso de métodos contraceptivos modernos, reduzindo a taxa de gravidezes não planejadas); *Razão da Mortalidade Materna* (houve uma redução significativa nesta taxa a nível global, devido ao melhor acesso a cuidados obstétricos qualificados e de emergência); e *Cobertura Universal de Saúde* (aumentou a cobertura dos serviços de saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil). No entanto, desafios persistem, como leis e políticas que ainda negam SSR a muitas pessoas, especialmente populações marginalizadas, e um financiamento insuficiente para esses serviços.

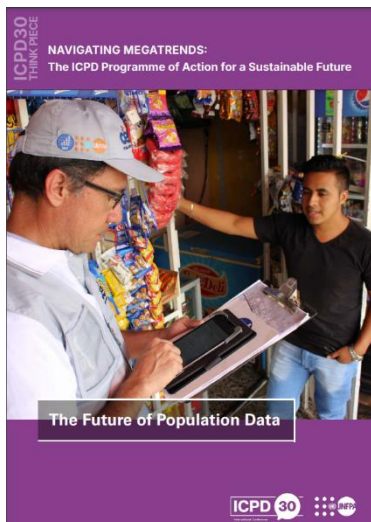
O artigo identifica como tendências as mudanças demográficas, urbanização, migração, crise climática, tecnologia e desigualdades, fatores que afetarão a demanda e oferta de serviços de SSR nas próximas três décadas. No que se refere a Mudança Demográfica, aponta-se para a necessidade de adaptar sistemas de saúde para acomodar diferentes trajetórias demográficas); quanto a Urbanização, destaca-se como o rápido processo de urbanização molda sociedades e impacta na oferta de serviços de SSR; sobre a Crise Climática destaca-se o impacto da crise climática na saúde reprodutiva e a necessidade de ajustar políticas de saúde; e referente a Tecnologia e Inovação identifica-se que são oferecidas novas oportunidades para realizar SSR, mas que acompanham riscos que precisam ser gerenciados.

Para um futuro inclusivo em SSR, o documento recomenda ações como:

- Análise Populacional: realizar análises baseadas em dados populacionais em vez de suposições;
- Cobertura Universal de Saúde;
- Fortalecimento dos Sistemas de Saúde: reforçar sistemas de saúde e a força de trabalho;
- Educação Sexual Compreensiva: assegurar a alfabetização em SSR e educação sexual abrangente;
- Financiamento dos Cuidados de Saúde: melhorar o financiamento dos cuidados de saúde;
- Coordenação e Ação Coletiva: fortalecer a coordenação e a ação coletiva; e
- Políticas de Saúde: fazer links através da saúde em todas as políticas.

O documento conclui que o desenvolvimento humano e a resiliência em um mundo dinâmico dependerão da plena realização dos direitos sexuais e reprodutivos para todos, e reforça a importância de um compromisso contínuo e ações coordenadas para enfrentar os desafios futuros. Essa abordagem visa sustentar, renovar e acelerar os compromissos da *ICPD* em um mundo em transformação radical, oferecendo discussões sobre o futuro da população, desenvolvimento e a SSR.

3. [O futuro dos dados populacionais](#)³



Este terceiro artigo explora as mudanças nos sistemas de dados populacionais desde 1994 e suas perspectivas futuras. Destaca-se o progresso e a modernização dos censos de população e habitação, a importância dos programas de pesquisa domiciliar, e os desafios persistentes em sistemas de registro civil e gestão de identidade. Também aborda a crescente utilização de fontes de dados alternativas, como rastros digitais e dados gerados por cidadãos. Identifica lacunas persistentes na disponibilidade e qualidade dos dados e os desafios sistêmicos dos sistemas estatísticos nacionais. Recomenda acelerar a transição para sistemas integrados de dados populacionais, desenvolver uma governança de dados baseada em direitos, expandir o financiamento para dados e estatísticas, e abordar desigualdades na capacidade estatística. A ênfase é colocada na necessidade de governança de dados e investimentos para preparar a próxima geração de cientistas de dados populacionais, visando atender às necessidades de informação e proteção de dados no futuro.

Este artigo possui 40 páginas e está dividido em cinco seções principais. Nele é abordada a evolução dos sistemas de dados populacionais desde 1994, destacando os avanços nos censos de população e habitação, a importância dos programas de pesquisa domiciliar, os desafios nos sistemas de registro civil e gestão de identidade, e o uso crescente de fontes de dados alternativas.

Nos últimos trinta anos, houve um progresso significativo na modernização dos censos de população e habitação. Países de alta e média renda, especialmente europeus, têm avançado

na utilização de registros administrativos para substituir os métodos tradicionais de enumeração de campo, visando reduzir custos e melhorar a eficiência. No entanto, nos países de baixa renda, onde as infraestruturas de dados administrativos ainda são limitadas, os censos baseados em campo continuarão a ser fundamentais até 2030.

Os programas de pesquisa domiciliar, como o [World Fertility Survey](#), o [Demographic and Health Surveys \(DHS\)](#), e o [Multiple Indicator Cluster Surveys \(MICS\)](#), desempenham um papel crucial na geração de dados mais frequentes e detalhados sobre diversos indicadores de população, saúde e desenvolvimento, especialmente em países de baixa e média renda. Esses programas têm sido fundamentais para preencher lacunas de dados e fornecer informações comparáveis a nível internacional.

Os sistemas de registro civil e gestão de identidade são essenciais para o monitoramento em tempo real das dinâmicas populacionais e para a documentação de eventos vitais. No entanto, há desafios significativos, como o sub-registro de nascimentos e mortes, especialmente em países de baixa renda. A falta de investimento em registro de casamento e divórcio também é um problema persistente, impactando negativamente a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres.

Há um crescente interesse no uso de fontes de dados alternativas, como rastros digitais e dados gerados por cidadãos, para complementar os dados tradicionais de censos e pesquisas domiciliares. Essas fontes alternativas oferecem oportunidades para melhorar a cobertura e a tempestividade dos dados, embora existam desafios relacionados à privacidade, qualidade e governança dos dados.

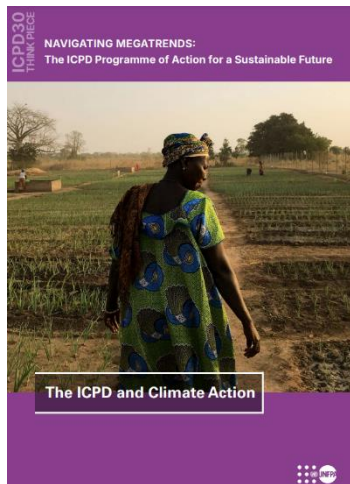
Persistem lacunas significativas na disponibilidade e qualidade dos dados, além de desafios sistêmicos nos sistemas estatísticos nacionais. A pressão para obter dados mais frequentes e detalhados têm implicações fiscais e logísticas significativas, exigindo maiores tamanhos de amostra e maiores custos operacionais.

O documento recomenda:

- Acelerar a transição para sistemas integrados de dados populacionais;
- Desenvolver uma governança de dados baseada em direitos;
- Expandir o financiamento para dados e estatísticas;
- Abordar desigualdades na capacidade estatística.

A ênfase está na necessidade de uma governança robusta de dados e investimentos para preparar a próxima geração de cientistas de dados populacionais. A governança de dados e os investimentos são cruciais para garantir a qualidade, acessibilidade e proteção dos dados populacionais. É necessário um enfoque nos direitos dos dados e em investimentos para desenvolver a capacidade estatística em todos os níveis.

4. ICPD e Ação Climática⁴



O quarto artigo discute que o que era então referido como “alterações climáticas” em 1994, no *ICPD*, evoluiu para a “crise climática” de hoje, e é agora reconhecida como a ameaça existencial do nosso tempo.

Os recentes aumentos do aquecimento global não têm precedentes na história da humanidade, causando o derretimento das calotas polares, o aumento do nível do mar, o aquecimento e a acidificação dos oceanos e o aumento da frequência, duração e intensidade de eventos climáticos adversos.

Os cientistas concordam que entramos numa nova época geológica, o antropoceno, em que os humanos são os principais motores das mudanças na atmosfera da Terra.

Este artigo possui 36 páginas e está organizado em cinco seções principais. As últimas estimativas mostram que, se a queima de combustíveis fósseis e as correspondentes emissões de carbono não forem drasticamente reduzidas, atingiremos um aumento de 3,2°C na temperatura mundial até ao final do século. Aproximadamente 50 a 75% da população mundial poderá estar exposta a períodos de condições climáticas potencialmente fatais devido ao calor e à umidade extremas.

A crise climática já está perturbando os sistemas sociais, económicos e naturais, pressionando a disponibilidade de água, a produção de alimentos, os transportes e as infraestruturas urbanas, bem como a biodiversidade e a saúde humana. Exemplos de impactos devastadores já foram registrados em vários locais. Na África Ocidental e Central, o aquecimento global continua a agravar as secas, a desertificação, as inundações, a insegurança alimentar, o deslocamento humano, a agitação social e a insegurança. Os impactos climáticos nos grandes agrossistemas semiáridos estão dificultando a sustentação dos meios de subsistência, especialmente para aqueles que dependem diretamente da agricultura. O aumento da seca levou a uma escalada da concorrência pelas pastagens, aumentando o stress hídrico e a insegurança alimentar, fatores de risco para conflitos; na verdade, a região alberga atualmente 7 dos 13 países com conflitos de média intensidade.

Outros pontos críticos climáticos incluem muitos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, uma vez que a subida do nível do mar e os fenómenos meteorológicos extremos, como os ciclones, representam riscos existenciais para estas nações insulares. As consequências da crise climática amplificam as desigualdades, como a desigualdade de género, e contribuem para o trauma social que aumenta as vulnerabilidades e a violência, particularmente contra mulheres e meninas.

A crise climática terá um impacto em todos, afetando tanto as gerações presentes como as futuras, para com as quais as pessoas hoje têm uma obrigação moral. Embora nenhum indivíduo, país, sistema ou setor seja totalmente poupado das consequências das crises climáticas, os impactos climáticos são grosseiramente desiguais, dentro e entre os países. Os países de baixa e média renda que menos contribuíram para as emissões de carbono são os mais severamente afetados pela crise climática e são menos capazes de arcar com os custos e implementar as estratégias necessárias de adaptação e resiliência para prevenir e recuperar de perdas e danos. Entre os grupos de pessoas, as mulheres pobres e as populações marginalizadas

suportam o maior peso. Em todo o mundo, os indivíduos estão sendo privados do seu direito humano a um ambiente limpo, saudável e sustentável, do qual um clima seguro e estável é um elemento chave.

O documento recomenda:

- Direitos humanos e inclusão - as políticas de adaptação climática, mitigação e resiliência devem refletir os princípios dos direitos humanos, dispendo sobre igualdade de gênero e justiça social, garantindo que todas as populações (com maior atenção aos mais afetados pela crise climática e menos capazes de enfrentá-la);
- Direito ao desenvolvimento - o crescimento econômico no contexto do desenvolvimento sustentável e do progresso social necessita de um crescimento amplo que proporcione oportunidades iguais para todos os indivíduos;
- Empoderamento e inclusão das mulheres - a importância da participação igualitária das mulheres na vida civil, vida cultural, econômica, política e social, e de erradicar todas as formas de discriminação em razão do gênero;
- Direito à saúde - todos os indivíduos têm o direito de desfrutar do mais alto padrão de saúde física e mental, bem como acesso universal aos serviços de saúde;
- Saúde e direitos sexuais e reprodutivos - todos os indivíduos devem ter a capacidade de controlar sua própria fertilidade;
- Proteger os direitos de todos: crianças e jovens, idosos e as futuras gerações - importância de investir em educação para os jovens e a importância de proteger os direitos das gerações futuras;
- Promover padrões sustentáveis de produção e consumo;
- Proteger pessoas em movimento - os países devem fornecer tratamento adequado e serviços de bem-estar social para os migrantes, protegendo ao mesmo tempo os seus direitos humanos fundamentais;
- Construir cidades sustentáveis - dar especial atenção à gestão da água, dos resíduos e do ar, bem como à sistemas de energia e transportes ambientalmente saudáveis;
- Aproveitar o poder dos dados para informar a ação climática - dados válidos, confiáveis, oportunos, culturalmente relevantes e internacionalmente comparáveis formam a base para o desenvolvimento, implementação e monitoramento de políticas e programas.

5. Um futuro digital seguro⁵



O quinto e último artigo discute que, desde 1994, o mundo tem vivido uma transformação digital que oferece um grande potencial para acelerar e revolucionar o progresso rumo ao cumprimento do Programa de Ação da *ICPD*. Para que estas tecnologias promovam o progresso, no entanto, é fundamental ter em conta as formas como a tecnologia digital pode melhorar as agendas de desenvolvimento e representar riscos e danos potenciais. Ao examinar a concepção, a implementação e os modelos de negócio das tecnologias digitais, este artigo de reflexão mapeia recomendações baseadas em evidências para mitigar os danos e aumentar os benefícios através da segurança desde a concepção, inclusão digital e governação, capitalizando a tecnologia digital para o Programa de Ação cumprir e preparar-se para o futuro.

Este artigo possui 48 páginas e está dividido em três partes. A primeira seção descreve a dicotomia entre inovação e danos nas tecnologias digitais que podem apoiar os resultados do desenvolvimento. Uma segunda seção revela a concepção, a implantação e os modelos de negócio da tecnologia para apoiar adequadamente intervenções e regulamentação baseadas em evidências para colher dividendos digitais. A seção final reúne a amplitude de evidências para identificar recomendações inclusivas para preparar um Programa de Ação para o futuro

As tecnologias digitais aceleraram a globalização, transformaram a educação e os mercados de trabalho, e mudanças nos estilos de vida, na gestão da saúde, nas interações sociais e no envolvimento social. Elas ampliam as oportunidades para que as pessoas, em toda a sua diversidade, partilhem e reúnam conhecimentos, tenham acesso à educação e a oportunidades econômicas, participem em debates democráticos, construam comunidades, tenham poder e resistência, exerçam seus direitos e partilhem as suas vozes e interesses. A tecnologia segura e ética ajuda a respeitar, proteger e promover os direitos de todas as pessoas, que estão no cerne do Programa de Ação e desenvolvimento.

No contexto das principais áreas do Programa de Ação da *ICPD* e das tendências globais, o documento destaca a dicotomia entre a tecnologia como inovação e os riscos e danos associados que devem ser abordados para garantir a proteção, respeito, promoção dos direitos humanos e igualdade.

Fatores que afetam o acesso e uso de tecnologias: disponibilidade; acessibilidade; barreiras socioculturais; riscos de privacidade, segurança, confiança e segurança; e relevância dos conteúdos, aplicações e serviços digitais. A fim de superar estas questões, o documento recomenda:

- Inclusão digital - todos os usuários podem acessar a tecnologia e estão equipados para navegar com segurança;
- Segurança desde o projeto de desenvolvimento;
- Regulação - leis e regulamentos para proteger os direitos dos utilizadores e evitar o aprofundamento da discriminação e da marginalização;

- Prevenção - ainda que os esforços de resposta sejam importantes, a prevenção de fatores que contribuem para a marginalização, a discriminação e a violência devem ser abordadas.

Preparar-se para o futuro significa ser capaz de compreender e desenvolver continuamente soluções e abordagens em antecipação ao futuro. Para garantir que o progresso no Programa de Ação seja contínuo, é fundamental estar preparado para o futuro contra os danos associados ao mundo digital.

Considerações finais

O trigésimo aniversário da *ICPD* acontece em um momento de múltiplas crises, impulsionadas pelas mudanças climáticas, bem como por conflitos e polarização política. Desde 1994, emergências humanitárias se multiplicaram e se intensificaram. Números e dados estão mudando, marcados por conflitos armados e desastres naturais e por taxas históricas de urbanização em um processo que está remodelando as sociedades.

Em suma, as tendências demográficas estão variando como nunca antes; alguns países e regiões são muito jovens, enquanto outros estão envelhecendo rapidamente. A internet, a inteligência artificial (IA) e outras tecnologias transformaram todos os aspectos da vida e da interação humana, mas também alimentam frustrações e ampliaram divisões. Embora as escolhas individuais tenham crescido, as desigualdades permanecem profundamente enraizadas nas estruturas sociais, econômicas e políticas. A igualdade de gênero ainda é um grande desafio para o progresso. A crescente desconfiança nas instituições diminuiu a coesão social, enquanto as tensões geopolíticas enfraqueceram o compromisso com o multilateralismo.

No entanto, ao pensar no futuro, os governos e formuladores de políticas podem e devem se orientar por escolhas que mitiguem riscos, criam resiliência e realizam a promessa de um desenvolvimento sustentável e centrado nas pessoas.

Referências

1. United Nations Population Fund. Demographic Change and Sustainability - The ICPD Programme of Action for a Sustainable Future [Internet]. 2024. Disponível em: https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/1.%20Demographic_Change_ICPD30_ThinkPiece_050724_FINAL_WEB.pdf
2. United Nations Population Fund. The Future of Sexual and Reproductive Health and Rights - The ICPD Programme of Action for a Sustainable Future [Internet]. 2024. Disponível em: https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/2.%20SRHR_ICPD30_ThinkPiece_050724_FINAL_WEB_V2%20%281%29.pdf
3. united nations pop. The Future of Population Data - The ICPD Programme of Action for a Sustainable Future [Internet]. 2024. Disponível em: https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/3.%20Population_data_ICPD30_ThinkPiece_050724_FINAL_WEB.pdf
4. United Nations Population Fund. The ICPD and Climate Action - The ICPD Programme of Action for a Sustainable Future [Internet]. 2024. Disponível em: https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/4.%20Climate_Action_ICPD30_ThinkPiece_050724_FINAL_WEB.pdf

5. United Nations Population Fund. A Safe Digital Future - The ICPD Programme of Action for a Sustainable Future [Internet]. 2024. Disponível em:
https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/5.%20Digital_Future_ICPD30_ThinkPiece_050724_FINAL_WEB%20%281%29.pdf